



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 23 de Maio de 2024 às 11:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-192024, Código de Validação: D8E0585229.



Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA-CSMP - 192024

Código de validação: D8E0585229

**ADITIVO DA PAUTA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP
BIÊNIO 2023 – 2025**

DIA: 24/05/2024

HORA: 09h00

LOCAL: Sala de reunião dos Órgãos Colegiados, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, 8º andar

REMOÇÃO (Entrância Final)

1. Edital 14/2024 (Proc. 8239/2024). 18ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça do Idoso do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís (Remoção - Critério: Antiguidade).
Conselheiro Relator: Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

Promotores de Justiça inscritos:

1. *Luiz Muniz Rocha Filho, posição 51ª (24ª Promotoria de Justiça Criminal/4º Promotor de Justiça de Entorpecentes), Requisição nº 377109. (DESISTÊNCIA: MEMÓ-GAECO - 1092024)*
2. *Lana Cristina Barros Pessoa, posição 85ª (46ª Promotoria de Justiça Especializada/ 6º Promotor de Justiça da Infância), Requisição nº 377346. – DESISTÊNCIA: Req. nº 378008*
3. *Sidneya Madalena M. Nazareth Liberato, posição 86ª (63ª Promotoria de Justiça Especializada/7º Promotor de Justiça de Substituição Plena) Requisição 377308.*
4. *Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, posição 88ª (61ª Promotoria de Justiça Especializada/ 5º Promotor de Justiça de Substituição Plena), Requisição nº 377134.*
5. *Gilberto Câmara França Júnior, posição 89ª (62ª Promotoria de Justiça Especializada/ 6º Promotor de Justiça de Substituição Plena), Requisição nº 377186.*
6. *Emmanuella Souza de B. Bello Peixoto, posição 91ª (67ª Promotoria de Justiça Especializada/ 11º Promotor de Justiça de Substituição Plena), Requisição nº 377274.*
7. *Rosalvo Bezerra de Lima Filho, posição 99ª (42ª Promotoria de Justiça Especializada/2º Promotor de Justiça da Infância), Requisição nº 377050.*
8. *Silvia Menezes de Miranda, posição 105ª (5ª promotoria de Justiça de São José de Ribamar), Requisição nº 377188.*
9. *José Márcio Maia Alves, posição 114ª (8ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar), Requisição nº 377100.*
10. *Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite, posição 115ª (53ª Promotoria de Justiça Especializada/4º Promotor de Justiça Distrital), Requisição nº 377220.*
11. *Albert Lages Mendes, posição 118ª (56ª Promotoria de Justiça Especializada/7º Promotor de Justiça Distrital, Requisição nº 377116)*
12. *Frederik Bacellar Ribeiro, posição 120ª (1ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar), Requisição nº 377110.*
13. *Nahyma Ribeiro Abas, posição 122ª (65ª Promotoria de Justiça Especializada/9º Promotor de Justiça de Substituição Plena), Requisição nº 377063.*



Conselho Superior do Ministério Público

REMOÇÃO (Entrância inicial)

2. Edital 15/2024 (Proc. nº 8642/2024). Promotoria de Justiça da Comarca de Matões (2ª Remoção). Critério – antiguidade.

Conselheiro Relator: Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa

Promotores de Justiça inscritos:

1. *Leonardo Soares Bezerra, posição nº 13, São Francisco do MA (Requisição nº 377608); - DESISTENCIA: Req. nº 378175*
2. Marco Tulio Rodrigues Lopes, posição 14ª, Carolina (Requisição nº 377394);
3. Laécio Ramos do Vale, posição 21ª, Buriti (Requisição nº 377298);
4. Gustavo Pereira Silva, posição 25ª, Buriti Bravo (Requisição nº 377353).

3. Edital 16/2024 (Proc. nº 8652/2024): Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu (1ª Remoção). Critério – antiguidade.

Não há Promotores de Justiça inscritos. Edital deserto.

REMOÇÃO (Entrância Final)

4. Edital 17/2024 (Proc. nº 8674/2024): 26ª Promotoria de Justiça Especializada - 5º Promotor de Justiça da Mulher - do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís (2ª Remoção). Critério – antiguidade.

Conselheiro Relator: Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Promotores de Justiça inscritos:

1. Sirlei Castro Aires Rodrigues, posição nº 31ª, 15ª Cível/10º Família, (Requisição nº 377400);
2. *Lana Cristina Barros Pessoa, posição nº 84ª, 46ª Espec./6º Infância, (Requisição nº 377454); - DESISTENCIA: Req. nº 377804*
3. Gilberto Camara França Júnior, posição nº 88ª, 62ª Espec./6º Subst. Plena, (Requisição nº 377280);
4. Emmanuella Souza de Barros Bello Peixoto, posição nº 90ª, 67ª Espec./11º Subst. Plena, (Requisição nº 377295);
5. Carla Mendes Pereira Alencar, posição nº 110ª, 3ª Paço do Lumiar, (Requisição nº 377610);
6. José Márcio Maia Alves, posição nº 113ª, 8ª S. J. Ribamar, (Requisição nº 377357);
7. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça, posição nº 114ª, 53ª Espec./4º Distrital, (Requisição nº 377341);
8. Frederik Bacellar Ribeiro, posição nº 119ª, 1ª S. J. Ribamar, (Requisição nº 377278);
9. Nahyma Ribeiro Abas, posição nº 121ª, 65ª Espec./9º Subst. Plena, (Requisição nº 377334);
10. Paulo José Miranda Goulart, posição nº 122ª, 60ª Espec./4ª Subst. Plena, (Requisição nº 377297).

assinado eletronicamente em 23/05/2024 às 11:53 h (*)

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em **21 de Maio de 2024 às 14:09 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.**



Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA-CSMP - 182024

Código de validação: 41CBD9CC81

PAUTA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP - BIÊNIO 2023 - 2025

DIA: 24/05/2024

HORA: 09h00

LOCAL: Sala de reunião dos Órgãos Colegiados, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, 8º andar

ASSUNTOS:

I. Discussão e Aprovação da Ata do dia 07/05/2024

II. Ordem Administrativa:

- a) Leitura de Expediente
- b) Comunicações da Presidência
- c) Comunicações da Corregedoria
- d) Comunicações da Secretaria

III. Ordem do dia:

- a. Comunicação de Arquivamento de PA
- b. Comunicação de Prorrogação de Prazo
- c. Comunicação de Conversão de Procedimento em Inquérito Civil
- d. Comunicação de Instauração de Procedimento Administrativo e Inquérito Civil
- e. Minutas de Resolução
- f. Relatórios de Correição
- g. Processos para julgamento

PAUTA DIGIDOC

a. COMUNICAÇÕES DE ARQUIVAMENTO DE PA.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

1. **Proc.** 8123/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Amarante do Maranhão. PA (SIMP 000039-029/2023).
2. **Proc.** 8125/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda. PA (SIMP 001870-281/2021).
3. **Proc.** 8129/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda. PA (SIMP 001871-281/2021).
4. **Proc.** 8130/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 010020-253/2022).
5. **Proc.** 8132/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP: 004912-252/2017).
6. **Proc.** 8134/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vitorino Freire. PA (SIMP 376-277/2023).
7. **Proc.** 8137/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 3023-257/2023).
8. **Proc.** 8138/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Amarante do Maranhão. PA (SIMP 000217-029/2024).
9. **Proc.** 8140/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 1204-257/2022).
10. **Proc.** 8141/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 2111-257/2023).
11. **Proc.** 8144/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 3379-257/2022).
12. **Proc.** 8158/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca. PA (SIMP 000075-070/2019).
13. **Proc.** 8209/2024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 004213-252/2023).
14. **Proc.** 8215/2024. 08ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 000676-029/2022).
15. **Proc.** 8216/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca. PA (SIMP 002273-509/2019).
16. **Proc.** 8217/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca. PA (SIMP 000851-509/2019).
17. **OFC-PJSDM** - 742024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

do Maranhão. PA (SIMP 000097-273/2023).

18. **Proc.** 8221/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rosário. ARQUIVAMENTO DE IC E PROPOSITURA ACP. IC (SIMP 000367-260/2023). PJE Nº 0801532-29.2024.8.10.0115.
19. **Proc.** 8235/2024. 01ª Promotoria de Justiça de Santa Luzia. PA (SIMP 000493-509/2023).
20. **Proc.** 8236/2024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 003934-252/2023).
21. **Proc.** 8237/2024. 01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 002834-257/2022).
22. **Proc.** 8308/2024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 1344-257/2021) E (SIMP 1084-257/2023).
23. **Proc.** 8310/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pinheiro. PA (SIMP 002898-272/2021).
24. **Proc.** 8329/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 004913-252/2017).
25. **Proc.** 8343/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Estreito. PA (SIMP 436-268/2022).
26. **Proc.** 8345/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 002363-253/2022).
27. **OFC-PJSAR** - 1982024. Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita. PA (SIMP 00042-004/2023).
28. **Proc.** 8410/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Alcântara. PA 003/2023 (SIMP 000023-042/2023).
29. **Proc.** 8411/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda. PA (SIMP 1138-281/2020).
30. **Proc.** 8432/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Viana. PA (SIMP 001279-266/2022).
31. **Proc.** 8463/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Dutra. PA (SIMP 001383-280/2023).
32. **Proc.** 8477/2024. 01ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Açailândia. PA (SIMP 003291-255/2022).
33. **Proc.** 8537/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda. PA (SIMP 001134-281/2020).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

34. **Proc.** 8538/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 2º Promotor de Fundações e Entidades de Interesse Social. PA (SIMP 045168-500/2023).
35. **Proc.** 8540/2024. 52ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - (3º Promotor Distrital). PA (SIMP 024969-500/2022).
36. **Proc.** 8541/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Helena. PA (SIMP 000515-051/2022), PA (SIMP 000516-051/2022).
37. **Proc.** 8542/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 1323-509/2023).
38. **Proc.** 8543/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Igarapé Grande. PA (SIMP 036863-500/2021).
39. **Proc.** 8544/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Igarapé Grande. PA (SIMP 000080-032/2023).
40. **Proc.** 8546/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vitorino Freire. PA (SIMP 000747-277/2023).
41. **Proc.** 8547/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vitorino Freire. PA (SIMP 000658-277/2023).
42. **Proc.** 8550/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês. PA 006/2022 (SIMP 942-267/2022).
43. **Proc.** 8713/2024. Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Raposa. PA (SIMP 000261-001/2023).
44. **Proc.** 8714/2024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 003781-252/2023).
45. **Proc.** 8715/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Cedral. PA 86/2016 (SIMP 000395-025/2017).
46. **Proc.** 8717/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vitorino Freire. PA (SIMP 000303-277/2019).
47. **Proc.** 8719/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas. PA (SIMP 000980-274/2023).
48. **OFC**-29ªPJESPSLS3CAP – 1472024. 29ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (3º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial). PASS (SIMP 029989-500/2023).
49. **Proc.** 8751/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 3735-257/2021).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

50. **OFC-14ªPJESPSLSPJI – 1662024.** 14ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (Promotor de Justiça Itinerante). PA (SIMP 045666-500/2023).
51. **Proc.** 8815/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Nunes Freire. PA 380-035/2022.
52. **Proc.** 8816/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Nunes Freire. PA 470-035/2022.
53. **Proc.** 8818/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Nunes Freire. PA 229-035/2023.
54. **Proc.** 8819/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba. PA (SIMP 000119-076/2022).
55. **Proc.** 8841/2024. 54ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (5º Promotor Distrital). PA (SIMP 012369-500/2023).
56. **Proc.** 8853/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 3471-257/2019).
57. **Proc. 8855/2024.** Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba. PASS (SIMP 000137-076-2022).
58. **Proc.** 8918/2024. 05ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. PA 013/2020 (SIMP 001910-254/2020).
59. **Proc.** 8921/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Dutra. PA (SIMP 000196-280/2022).
60. **Proc.** 8922/2024. 05ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas. PASS (SIMP 000373-274/2024).
61. **Proc.** 8923/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês. PA 010/2023-(SIMP 3743-509/2023).
62. **Proc.** 8924/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Igarapé Grande. PA (SIMP 000073-032/2023).
63. **Proc.** 8940/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos do Azeitão. NF (SIMP 000235-064/2023).
64. **Proc.** 8963/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Mateus. PA (SIMP 000117-068/2023).
65. **Proc.** 8965/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba. NF (SIMP-000309-076-2023).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

66. **Proc.** 8973/2024. 15ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência. PA 004/2023 (SIMP 024821-500/2023).
67. **Proc.** 9033/2024. 04ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Timon. PA (SIMP 005668-252/2023).
68. **Proc.** 9053/2024. 01ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 002426-252/2023).
69. **Proc.** 9115/2024. 03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês. PA (SIMP 000134-267/2024); PA (SIMP 000135-267/2024).
70. **Proc.** 9117/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Viana. PA (SIMP 001051-266/2017).
71. **Proc.** 9118/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 2º Promotor de Fundações e Entidades de Interesse Social. PA 08/2024 (SIMP 041995-500/2023).
72. **Proc.** 9119/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Bequimão. PA (SIMP 000894-024/2022); PA (SIMP 000895-024/2022).
73. **Proc.** 9120/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Viana. PA (SIMP 000579-266/2019).
74. **Proc.** 9121/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Pio XII. PA 05/2023- (SIMP 000024-044/2023).
75. **Proc.** 9122/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Pio XII. PA 03/2023- (SIMP 000021-044/2023).
76. **Proc.** 9123/2024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 001446-252/2024).
77. **Proc.** 9135/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vitorino Freire. PA 000902-277/2019.
78. **Proc.** 9137/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 2º Promotor de Fundações e Entidades de Interesse Social. PA 071/2023 (SIMP 025428-500/2023).
79. **Proc.** 9156/2024. 01ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar. PA (SIMP 000682-507/2023).
80. **Proc.** 9158/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Viana. PA (SIMP 000013-266/2019).
81. **Proc.** 9237/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Carolina. PASS (SIMP



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 e/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

000292-012/2023).

82. **Proc.** 9238/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 655-257/2021).
83. **Proc.** 9298/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 006307-253/2022).
84. **Proc.** 9307/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Carolina. PASS (SIMP 000775-012/2023).
85. **Proc.** 9310/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos do Azeitão. PA (SIMP 000316-064/2023).
86. **Proc.** 9312/2024. 05ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 003662-252/2023).
87. **Proc.** 9024/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Paraibano. IC (SIMP 000702-059/2019).
88. **MEMO**-39ªPJESPSLS8PPP – 852024. 39ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (8º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa). PA (SIMP 019247-500/2024) – SIGILOSO.
89. **MEMO**-39ªPJESPSLS8PPP – 862024. 39ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (8º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa). PA (SIMP 018804-500/2024).
90. **OFC**-1ªPJROS - 1142024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rosário. PA (SIMP 000283-260/2023).
91. **OFC**-14ªPJESPSLS8PJI - 1742024. 14ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (Promotor de Justiça Itinerante). PA (SIMP 036966-500/2021).
92. **OFC**-14ªPJESPSLS8PJI – 1762024. 14ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (Promotor de Justiça Itinerante). PA (SIMP 036968-500/2021).
93. **OFC**-PJSPB - 1482024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca. PA 008585-253/2018.
94. **Proc.** 9337/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Alcântara. PA 004/2021 (SIMP 000012-042/2020).
95. **Proc.** 9390/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 002684-252/2023).



Conselho Superior do Ministério Público

96. **Proc.** 9391/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Eugênio Barros. PA 000236-056/2020.
97. **Proc.** 9392/2024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP 004837-252/2023).
98. **Proc.** 9425/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 009298-253/2022).
99. **Proc.** 9432/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Zé Doca. PA (SIMP 00013-265/2023).
100. **Proc.** 9436/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. PA (SIMP 002605-509/2022).

b. COMUNICAÇÕES DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

101. **Proc.** 8147/2024. 07ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon- 4ª Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica. PA (SIMP 000270-252/2020); PA (SIMP 000271-252/2020); PA (SIMP 000274-252/2020); PA (SIMP 000275-252/2020); PA (SIMP 000276-252/2020); PA (SIMP 000277-252/2020); PA (SIMP 000279-252/2020); PA (SIMP 000282-252/2020); PA (SIMP 000283-252/2020); PA (SIMP 000284-252/2020); PA (SIMP 000285-252/2020); PA (SIMP 000286-252/2020); PA (SIMP 000287-252/2020); PA (SIMP 000289-252/2020); PA (SIMP 000300-252/2020); PA (SIMP 000301-252/2020); PA (SIMP 000302-252/2020); PA (SIMP 000303-252/2020); PA (SIMP 000304-252/2020); PA (SIMP 000305-252/2020); PA (SIMP 000306-252/2020); PA (SIMP 000307-252/2020); PA (SIMP 000308-252/2020); PA (SIMP 000309-252/2020); PA (SIMP 000310-252/2020); PA (SIMP 000311-252/2020); PA (SIMP 000312-252/2020); PA (SIMP 000313-252/2020); PA (SIMP 000314-252/2020); PA (SIMP 000315-252/2020); PA (SIMP 000316-252/2020); PA (SIMP 000317-252/2020); PA (SIMP 000318-252/2020); PA (SIMP 000319-252/2020); PA (SIMP 000320-252/2020); PA (SIMP 000321-252/2020); PA (SIMP 000322-252/2020); PA (SIMP 000323-252/2020); PA (SIMP 000324-252/2020); PA (SIMP 000326-252/2020); PA (SIMP 000327-252/2020); PA (SIMP 000328-252/2020); PA (SIMP 000329-252/2020); PA (SIMP 000330-252/2020); PA (SIMP 000331-252/2020); PA (SIMP 000332-252/2020); PA (SIMP 000333-252/2020); PA (SIMP 000334-252/2020); PA (SIMP 000335-252/2020); PA (SIMP 000340-252/2020); PA (SIMP 000342-252/2020); PA (SIMP 000343-252/2020); PA (SIMP 000344-252/2020);



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

- PA (SIMP 000346-252/2020); PA (SIMP 000347-252/2020); PA (SIMP 000348-252/2020); PA (SIMP 000349-252/2020); PA (SIMP 000350-252/2020); PA (SIMP 000351-252/2020); PA (SIMP 000352-252/2020); PA (SIMP 000353-252/2020); PA (SIMP 000354-252/2020); PA (SIMP 000356-252/2020); PA (SIMP 000358-252/2020); PA (SIMP 000359-252/2020); PA (SIMP 000361-252/2020); PA (SIMP 000362-252/2020); PA (SIMP 000367-252/2020); PA (SIMP 000368-252/2020); PA (SIMP 000369-252/2020).
102. **Proc.** 8148/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda. PA (SIMP 001313-281/2019.).
103. **Proc.** 8150/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Estreito. PIC – (SIM 100-268/2022).
104. **Proc.** 8151/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vitorino Freire. IC (SIMP 034786-750/2021).
105. **Proc.** 8152/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Estreito. IC (SIMP 00317-509/2023).
106. **Proc.** 8154/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Estreito. IC (SIMP 1018-268/2021).
107. **Proc.** 8155/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 002974-253/2022).
108. **Proc.** 8211/2024. 03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó. PA (SIMP 2079-509/2022).
109. **Proc.** 8212/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Montes Altos. PA (SIMP 000479-028/2022).
110. **Proc.** 8214/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Paulo Ramos. IC (SIMP 000631-066/2021).
111. **OFC-1ªPJSJR** - 2372024. 01ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de São José de Ribamar. IC 01/2023 (SIMP 001093-509/2020).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

112. **Proc.** 8314/2024. 08ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (1º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente). IC 438/2022 – (SIMP 024901-500/2022).
113. **Proc.** 8315/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon. PA (SIMP: 003193-252/2022).
114. **Proc.** 8317/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas. IC (SIMP 000939-509/2022).
115. **Proc.** 8318/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó. PA (SIMP 001758-259/2020).
116. **Proc.** 8414/2024. 01ª Promotoria de Justiça da comarca de Santa Luzia. PA 000052-256/2018.
117. **Proc.** 8416/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Dom Pedro. PA (SIMP 002064-509/2021).
118. **Proc.** 8419/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Dom Pedro. PA (SIMP 001142-054/2018).
119. **Proc.** 8420/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Pastos Bons. PA (SIMP 326-062/2022).
120. **Proc.** 8423/2024. 15ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 01º Promotor de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência. IC (SIMP 019800-500/2020).
121. **Proc.** 8425/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês. IC 006/2022- (SIMP 3140-267/2021).
122. **Proc.** 8447/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti. IC (SIMP 000663-022/2022).
123. **Proc.** 8449/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti. PA (SIMP 000734-022/2021).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

124. **Proc.** 8450/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Dutra. PA (SIMP 000351-280/2023).
125. **Proc.** 8453/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti. IC (SIMP 002118-509/2021).
126. **Proc.** 8455/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó. IC - SIMP 000091-259/2022).
127. **Proc.** 8551/2024. 52ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - (3º Promotor Distrital). PA (SIMP 008463-500/2023).
128. **Proc.** 8552/2024. 08ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (1º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente. IC 444/2023 (SIMP 011091-500/2018).
129. **Proc.** 8553/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Cedral. PA 02/2020 (SIMP: 000028-025/2020).
130. **Proc.** 8583/2024. Promotoria de Justiça de Magalhães de Almeida. PA (SIMP 000504-053/2022).
131. **Proc.** 8721/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 2096-257/2022).
132. **Proc.** 8723/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Turiaçu. IC (SIMP 000146-047/2023).
133. **Proc.** 8724/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Senador La Rocque. PA 000106-002/2023.
134. **Proc.** 8726/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Bacabal. PA 002364-257/2017.
135. **Proc.** 8727/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Senador La Rocque. PA (SIMP 000107-002/2023).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

136. **Proc.** 8744/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP – 000551-256/2022).
137. **Proc.** 8745/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó. PASS (SIMP 000591-259/2020).
138. **Proc.** 8753/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Senador La Rocque. PA 000020-002/2023.
139. **Proc.** 8757/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 716-257/2022).
140. **Proc.** 8767/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Nunes Freire. PA (SIMP 000340-035/2021).
141. **Proc.** 8769/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Senador La Rocque. ICP 002367-509/2022.
142. **Proc.** 8820/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Senador La Rocque. PA 002800-509/2022.
143. **Proc.** 8831/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Carolina. PA (SIMP 000597-012/2022).
144. **Proc.** 8842/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês. PA 005/2020-(SIMP 805-267/2020).
145. **Proc.** 8929/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP 000550-256/2022).
146. **Proc.** 8930/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Codó. IC (SIMP 002929-259/2021).
147. **Proc.** 8932/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim. PA (SIMP 001020-276/2022).
148. **Proc.** 8938/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

(SIMP – 001260-256/2021).

149. **Proc.** 8952/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP – 001337-256/2021).
150. **Proc.** 8954/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP – 000363-256/2021).
151. **Proc.** 8957/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. PA (SIMP 2130-509/2021).
152. **Proc.** 8966/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP – 000470-256/2021).
153. **Proc.** 9034/2024. 03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó. PA (SIMP 000520-259/2020).
154. **Proc.** 9052/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadinha. PA (SIMP 000939-509/2023).
155. **Proc.** 9124/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP – 002286-509/2021).
156. **Proc.** 9127/2024. 02ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia. PA (SIMP 000087-255/2023).
157. **Proc.** 9131/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP – 001263-256/2021).
158. **Proc.** 9133/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Vitória do Mearim. PA (SIMP 000680-045/2022).
159. **Proc.** 9159/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 009108-253/2022).
160. **Proc.** 9161/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. PA (SIMP – 000471-256/2021).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

161. **Proc.** 9239/2024. Promotoria de Justiça de São Pedro da Água Branca. IC 000199-070/2022.
162. **Proc.** 9313/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Pio XII. IC 52/2015 (SIMP 000001-044/2018).
163. **Proc.** 9315/2024. 01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal. IC SIMP 001776-257/2022).
164. **Proc.** 9209/2024. 05ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. PA 004/2023 (SIMP 000704-254/2023).
165. **Proc.** 9208/2024. 05ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. PA 010/2023 (SIMP 001118-254/2023).
166. **Proc.** 9207/2024. 05ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. PA 009/2023 (SIMP 001115-254/2023).
167. **OFC-32ªPJESPSLS1PPP – 672024.** 32ª Promotoria de Justiça Especializada (1º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa). IC 001922-509/2021.
168. **OFC-1ªPJSJR – 2552024.** 01ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de São José de Ribamar. IC (SIMP 001673-509/2021).
169. **OFC-32ªPJESPSLS1PPP – 652024.** 32ª Promotoria de Justiça Especializada (1º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa). IC (SIMP 002286-509/2020).
170. **OFC-32ªPJESPSLS1PPP – 662024.** 32ª Promotoria de Justiça Especializada (1º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa). IC (SIMP 016811-500/2023).
171. **Proc.** 9393/2024. 01ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia. PA (SIMP 001280-255/2023).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

172. **Proc.** 9394/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Dutra. PA 000522-280/2023.
173. **Proc.** 9395/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Urbano Santos. PA (SIMP 000391-052/2022).
174. **Proc.** 9398/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 009098-253/2022).
175. **Proc.** 9409/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 009272-253/2022).
176. **Proc.** 9383/2024. 05ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. PA 012/2023 (SIMP 001426-254/2023).
177. **Proc.** 9397/2024. 05ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. PA 008/2022 (SIMP 002653-254/2022).
178. **Proc.** 9414/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA 010669-253/2021.
179. **Proc.** 9418/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 009285-253/2022).
180. **Proc.** 9422/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 009289-253/2022).
181. **Proc.** 9434/2024. 03ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz. PA (SIMP 009341-253/2022).

c. COMUNICAÇÃO DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO EM INQUÉRITO CIVIL.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

182. **Proc.** 8159/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Dutra. NF 001625-509/2023 em PP.
183. **PORTARIA**-4ªPJESLZ - 52024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. NF (SIMP: 004331-509/2023).
184. **PORTARIA**-4ªPJESLZ - 32024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. NF (SIMP: 004903-509/2023) em PP.
185. **Proc.** 8251/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias. IC (SIMP 001152-254/2018).
186. **Proc.** 8255/2024. 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó. PA (SIMP 002154-259/2021).
187. **Proc.** 8427/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca. NF (SIMP 000061-070/2023) em IC.
188. **Proc.** 8554/2024. Promotoria de Justiça da Comarca de Parnarama. NF (SIMP 000517-074/2023) em IC.
189. **PORTARIA**-4ªPJESLZ – 142024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. PA (SIMP 2587-500/2024).
190. **PORTARIA**-4ªPJESLZ – 152024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. PP (SIMP 4629-509/2023).
191. **PORTARIA**-4ªPJESLZ – 172024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. PA (SIMP 46281-500/2023).
192. **PORTARIA**-4ªPJESLZ – 182024. 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. PP (SIMP 5150-509/2023).
193. **Proc.** 8933/2024. 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim. NF (SIMP 001659-276/2023).
194. **Proc.** 8622/2024. 08ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (1º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente). PP 478/2024 (SIMP 000403-509/2024).



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

d. COMUNICAÇÕES DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E INQUERITO CIVIL.

195. **PORTARIA-4ªPJESLZ - 112024.** 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. PP 40439-500/2023.
196. **MEMO-39ªPJESPSLS8PPP - 762024.** 39ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (8º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa). PA (SIMP 019247-500/2024).
197. **PORTARIA-4ªPJESLZ - 132024.** 04ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação. PA (SIMP 19018-500/2024).
198. **Proc. 8933/2024.** 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim. PA 001659-276/2023.
199. **Proc. 9025/2024.** 09ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (2º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente). IC 001654-509/2023.
200. **OFC-7ªPJESPSLS – 1062024.** 07ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (2º Promotor de Justiça Militar). PA (SIMP 021209-500/2024).

e. MINUTAS DE RESOLUÇÃO

Processo **DIGIDOC nº. 9335/2024**

Origem: Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Resolução que disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor da Escola Superior do Ministério Público – biênio 2022-2024

Conselheira Relatora: Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro

Processo **DIGIDOC nº. 9448/2024**



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em **21 de Maio de 2024 às 14:09 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PAUTA-CSMP-182024, **Código de Validação:** 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Origem: Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Resolução que dispõe sobre as funcionalidades do plenário virtual no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão - CSMP, alterando dispositivos da Resolução nº 19/2023-CSMP, que instituiu o plenário virtual, para julgamento dos procedimentos oriundos do sistema SIMP relacionados à atividade-fim de competência do CSMP.

Conselheira Relatora: Dra. Regina Maria da Costa Leite

f. **RELATÓRIOS DE CORREIÇÃO**

1. Processo nº 5415/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas, na data de 10 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotor de Justiça Tiago Carvalho Rohrr.

2. Processo nº 5412/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas, na data de 10 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotor de Justiça Lindomar Luiz Della Libera.

3. Processo nº 5416/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas, na data de 11 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotora de Justiça Hortensia Fernandes Cavalcanti.

4. Processo nº 5512/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em **21 de Maio de 2024 às 14:09 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PAUTA-CSMP-182024, **Código de Validação:** 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 35ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís – 1º Promotor do Crime Organizado, na data de 9 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotora de Justiça Uiuara de Melo Medeiros.

5. Processo nº 5531/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 46ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 6ª Promotor da Infância e Juventude, na data de 11 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotora de Justiça Lana Cristina Barros Pessoa.

6. Processo nº 5536/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 47ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7ª Promotor da Infância e Juventude, na data de 12 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotor de Justiça Raimundo Nonato Sousa Cavalcante.

7. Processo nº 5528/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 37ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís – 3º Promotor do Crime Organizado, na data de 10 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotora de Justiça Jerusa Capistrano Pinto Bandeira.

8. Processo nº 5538/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 1ª Promotoria de Justiça de São



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.**



Conselho Superior do Ministério Público

Mateus do Maranhão, na data de 18 de abril de 2024. Membro Ministerial
Correicionado: Promotor de Justiça Thiago Lima Aguiar.

9. Processo nº 5539/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 2ª Promotoria de Justiça de São Mateus do Maranhão, na data de 17 de abril de 2024. Membro Ministerial
Correicionado: Promotora de Justiça Sandra Soares de Pontes.

10. Processo nº 5687/2024

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Objeto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 5ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, na data de 16 de abril de 2024. Membro Ministerial Correicionado: Promotor de Justiça Gabriel Sodré Gonçalves.

g) PROCESSOS PARA JULGAMENTO

CONSELHEIRO RELATOR: EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU.

1. Proc. SIMP nº 000361-265/2019 (eletrônico)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Zé Doca/MA.

Promotor de Justiça: Felipe Boghossian Soares da Rocha

Assunto: apurar suposto descumprimento do Estatuto dos Servidores Públicos de Governador Newton Bello, por parte de seu gestor, no que tange ao não pagamento de 1/3 a título de indenização incidente sobre 45 dias férias.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº SIMP 000361-265/2019 –
2ªPJZED, INSTAURADO COM OBJETIVO DE APURAR O
DESCUMPRIMENTO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE GOVERNADOR NEWTON BELLO, POR PARTE
DE SEU GESTOR, NO QUE TANGE AO NÃO PAGAMENTO DE
1/3 A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO INCIDENTE SOBRE 45 DIAS
FÉRIAS. OFÍCIOS ENCAMINHADOS AO PREFEITO MUNICÍPIO



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

DE GOVERNADOR NEWTON BELLO E AO SINPREGOV, SOLICITANDO A PARTICIPAÇÃO DESTES EM REUNIÃO. REALIZAÇÃO DA REUNIÃO. O SINDICATO INFORMOU O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO. INFORMOU AINDA O DESINTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

2. Proc. SIMP nº 003841-274/2019 (eletrônico)

Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas/MA.

Promotora de Justiça: Hortensia Fernandes Cavalcanti

Assunto: apuração de eventual irregularidade da concorrência nº 01/2017 do Município de Balsas/MA.

INQUÉRITO CIVIL SIMP 003841-274/2019, INSTAURADO COM OBJETIVO DE APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2017 DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA. ASSESSORIA TÉCNICA DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. PARECER ACERCA DA REGULARIDADE DO CERTAME. IRREGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. MERAS IRREGULARIDADES QUE NÃO IMPLICAM EM ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO OCORRÊNCIA DE DOLO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

3. Proc. SIMP nº 1457-254/2021 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias/MA.

Promotor de Justiça: Francisco de Assis da Silva Junior

Assunto: por objeto a prática de ato doloso relacionado à doação do terreno em questão ao Sr. André do Nascimento Silva.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº SIMP 1457-254/2021, INSTAURADO COM OBJETIVO DE APURAR A PRÁTICA DE ATO DOLOSO RELACIONADO À DOAÇÃO DO TERRENO EM QUESTÃO AO SR. ANDRÉ DO NASCIMENTO SILVA, PELO MUNICÍPIO DE CAXIAS. DILIGÊNCIAS. ALIENAÇÃO DE BEM PÚBLICO NÃO OBSERVOU AS FORMALIDADES LEGAIS. PRETENSÃO ANULATÓRIA. 5 ANOS. 2011. PROMOÇÃO DE



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP.
HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

4. Proc. SIMP nº 000743-264-2023 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araiões/MA.

Promotor de Justiça: John Derrick Barbosa Braúna

Assunto: apurar de possíveis irregularidades quanto ao evento 'Festival do Caranguejo', sob o aspecto da legalidade, o controle da legitimidade e economicidade da despesa, e da publicidade, levando-se em conta a necessidade ou imprescindibilidade da contratação, a adequação ou conveniência da apresentação e a proporcionalidade ou equilíbrio de custo-benefício do comprometimento orçamentário em relação a outras prioridades, a exemplo da saúde, educação, obras urbanísticas, calçamento e manutenção de vias públicas.

INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000743-264-2023, INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO AO EVENTO 'FESTIVAL DO CARANGUEJO', ESPECIALMENTE SOB O ASPECTO DA LEGALIDADE, O CONTROLE DA LEGITIMIDADE E ECONOMICIDADE DA DESPESA, E DA PUBLICIDADE, LEVANDO-SE EM CONTA A NECESSIDADE OU IMPRESCINDIBILIDADE DA CONTRATAÇÃO, A ADEQUAÇÃO OU CONVENIÊNCIA DA APRESENTAÇÃO E A PROPORCIONALIDADE OU EQUILÍBRIO DE CUSTOBENEFÍCIO DO COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO EM RELAÇÃO A OUTRAS PRIORIDADES, A EXEMPLO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, OBRAS URBANÍSTICAS, CALÇAMENTO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS. PARALISAÇÃO DOS PREFEITOS ALEGANDO QUEDA DE RECURSOS PÚBLICOS. PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARAIOSES, LUCIANA TRINTA, DE FORMA SURPREENDENTE E INCOERENTE, ANUNCIA UMA SÉRIE DE SHOWS PAGOS COM RECURSOS PÚBLICOS EM SUA CIDADE NO VALOR DE R\$ 500.000,00 PARA A REALIZAÇÃO DO 'FESTIVAL DO CARANGUEJO'. RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA. EVENTOS AMPARADOS POR LEI MUNICIPAL. EVENTOS PREVISTOS NO ORÇAMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

5. Proc. SIMP nº 001753-281/2021 (eletrônico)



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em **21 de Maio de 2024 às 14:09 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PAUTA-CSMP-182024, **Código de Validação:** 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda/MA.

Promotor de Justiça: Guaracy Martins Figueiredo

Assunto: apurar possíveis irregularidades em contratos e malversação de recursos públicos destinados à aquisição de combustíveis por meio dos contratos nº 009/2020, 015/2020, 017/2020 e 018/2020, todos firmados com a empresa L W de Alencar Mendes e Cia Ltda.

INQUÉRITO CIVIL SIMP 001753-281/2021, INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONTRATOS E MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS POR MEIO DOS CONTRATOS Nº 009/2020, 015/2020, 017/2020 E 018/2020, TODOS FIRMADOS COM A EMPRESA L W DE ALENCAR MENDES E CIA LTDA. OFÍCIO AO EX-PREFEITO, SR. WELLRYK OLIVEIRA COSTA DA SILVA E À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, SOLICITANDO CÓPIAS DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E CÓPIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS PARA ESTE FIM. CONSULTA AO SISTEMA SACOP DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO. ANÁLISE PELA ASSESSORIA TÉCNICA. PARECER TÉCNICO Nº 0420/2022. SOLICITAÇÃO DAS NOTAS FICAIS PARA VERIFICAÇÃO DOS PAGAMENTOS. OFÍCIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, SOLICITANDO CÓPIA DOS PROCESSOS DE PAGAMENTOS CONCERNENTES AOS CONTRATOS ESPECIFICADOS ABAIXO, TODOS FIRMADOS PELO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA COM A EMPRESA L W DE ALENCAR MENDES E CIA LTDA. PROCESSO Nº 1646/2020-TCE/MA. PROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, DE RESPONSABILIDADE DO SR. WELLRYK OLIVEIRA COSTA DA SILVA. PROCESSO Nº 3120/2021-TCE/MA. APROVAÇÃO COM RESSALVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. INSUFICIÊNCIA. DOLO NÃO CONFIGURADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

6. Proc. SIMP nº 000858-018/2022 (eletrônico)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barreirinhas/MA.

Promotor de Justiça: Francisco de Assis Silva Filho



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: apurar uma denúncia anônima sobre possível irregularidade na construção de um ponto comercial, contendo as dimensões: frontal 4,80m, lateral direita 4,80m confrontando com o Riacho Tibúrcio, lateral esquerda 4,80m e fundo 4,80m, localizado na Rua Domingos Carvalho, próximo ao Supermercado Camino, sem o devido licenciamento ambiental.

INQUÉRITO CIVIL Nº. 000858-018/2022 – MEIO AMBIENTE, INSTAURADO COM OBJETIVO DE APURAR UMA DENÚNCIA ANÔNIMA SOBRE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UM PONTO COMERCIAL, CONTENDO AS DIMENSÕES: FRONTAL 4,80M, LATERAL DIREITA 4,80M CONFRONTANDO COM O RIACHO TIBÚRCIO, LATERAL ESQUERDA 4,80M E FUNDO 4,80M, LOCALIZADO NA RUA DOMINGOS CARVALHO, PRÓXIMO AO SUPERMERCADO CAMINO, SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. A DENUNCIADA SOLICITOU O LICENCIAMENTO. VISTORIA. IMÓVEL CONSTRUÍDO A MENOS DE 30 METROS DA MARGEM DO RIO PREGUIÇAS, CONTRARIANDO A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. IRREGULARIDADE DESDE 1999. RECUPERAÇÃO DE APP. IMPOSSIBILIDADE. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

7. Proc. SIMP nº 006953-500/2023 (eletrônico)

Origem: 33ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís.
Promotor de Justiça: Willer Siqueira Mendes Gomes

Assunto: apurar a quantidade de presos mortos nos presídios e penitenciárias localizadas na Comarca de São Luís nos últimos 10 (dez) anos.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 006953-500/2023, INSTAURADO COM OBJETIVO DE REALIZAR O LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE MORTES NOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE SÃO LUÍS E DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR ESSAS MORTES. OBJETIVO FOI ALCANÇADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

CONSELHEIRA RELATORA: THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO

8. Proc. SIMP nº 000043-018/2022 (eletrônico)



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PAUTA-CSMP-182024, **Código de Validação:** 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barreirinhas /MA

Promotora de Justiça: Maria do Nascimento Carvalho Serra

Assunto: objetivo de investigar possível supressão de área de preservação permanente para a construção do empreendimento Porto dos Lençóis Residence, denominado outrora de Resort Lençóis Maranhenses, na cidade de Barreirinhas/MA.

INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000043-018/2022. INVESTIGAR POSSÍVEL SUPRESSÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA A CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO PORTO DOS LENÇÓIS RESIDENCE, DENOMINADO OUTRORA DE RESORT LENÇÓIS MARANHENSES, NA CIDADE DE BARREIRINHAS/MA. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. NECESSIDADE DE MAIOR APURAÇÃO COM A DEVIDA ANÁLISE TÉCNICA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIAS.

9. Proc. SIMP nº 000629-509/2022 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Montes Altos /MA

Promotor de Justiça: José Artur Del Toso Júnior

Assunto: objetivo de acompanhar suposta irregularidade no recolhimento previdenciário por parte do município de Montes Altos/MA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000629-509/2022. ACOMPANHAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE MONTES ALTOS/MA, A PARTIR DE DEMANDA DA SENHORA DORIS ANTONIA MIRANDA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. ENCAMINHAMENTO DE CERTIDÃO POR PARTE DO ENTE MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DA INTERESSADA. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

10. Proc. SIMP nº 000776-276/2018 (eletrônico)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim /MA

Promotora de Justiça: Maria Cristina Lima Lobato Murillo (substituta)

Assunto: apurar possível dano ao meio ambiente em decorrência da realização de obras na Rua Padre Alfredo Bacelar, no Município de Itapecuru Mirim/MA.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000776-276/2018. APURAR POSSÍVEL DANO AO MEIO AMBIENTE EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE OBRAS NA RUA PADRE ALFREDO BACELAR, NO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. PERDA DO OBJETO. OBRAS FINALIZADAS. INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO PARA APURAR ACÚMULO DE ÁGUA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO

11. Proc. SIMP nº 000397-507/2024 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar/MA

Promotor de Justiça: José Artur Del Toso Júnior

Assunto: apurar eventual irregularidade no processo licitatório que resultou na contratação da empresa ÁGIL CONSTRUÇÕES SERVIÇOS LTDA pelo Município de Paço do Lumiar/MA.

INQUÉRITO CIVIL Nº 000397-507/2024. A PURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ÁGIL CONSTRUÇÕES SERVIÇOS LTDA PELO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR/MA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SOB DEMANDA DE PRÉDIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS. APURAÇÃO AFETA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INTERESSE FEDERAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. PARECER PARA APRECIAÇÃO DO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. ENCAMINHAMENTO AO PROCURADOR-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO MARANHÃO.

CONSELHEIRA RELATORA: REGINA MARIA DA COSTA LEITE

12. Proc. SIMP nº 000297-259/2016 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó/MA

Promotor de Justiça: Carlos Augusto Soares

Assunto: Apurar possíveis ocorrências de fraude no processo licitatório envolvendo o Prefeitura Municipal de Codó e a Empresa Vieira e Bezerra Ltda-EPP, referente ao contrato nº20130054-inexigibilidade nº01/2013 relativo ao Carnaval 2013



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000297-259/2016. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS OCORRÊNCIAS DE FRAUDE NO PROCESSO LICITATÓRIO ENVOLVENDO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ E A EMPRESA VIEIRA E BEZERRA LTDA-EPP REFERENTE AO CONTRATO Nº 20130054-INEXIBILIDADE Nº01/2013 RELATIVO AO CARNAVAL 2013. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DE INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP

13. Proc. SIMP nº 000329-073/2023 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça de Matões /MA

Promotor de Justiça: Renato Ighor Viturino Aragão

Assunto: Apurar possível irregularidade aos direitos da criança Elson Carlos dos Santos Moraes.

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000329-073/2023. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE AOS DIREITOS DA CRIANÇA ELSON CARLOS DOS SANTOS MORAIS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DE INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

14. Proc. SIMP nº 001251-034/2019 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia do Paruá/MA

Promotora de Justiça: Rita de Cássia Pereira Souza

Assunto: Apurar irregularidades na contratação de servidores públicos pelo município de Santa Luzia de Paruá/MA, por meio de ofício encaminhado pela Procuradoria Regional do Trabalho na 16ª Região à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 001251-034/2019. INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PELO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DE PARUÁ/MA POR MEIO DE OFÍCIO ENCAMINHADOS PELA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO NA 16ª REGIÃO À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

MARANHÃO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. PRESCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO HÁ JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

15. Proc. SIMP nº 001871-267/2022 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês/MA

Promotora de Justiça: Larissa Sócrates de Bastos

Assunto: Fiscalizar os aspectos legais e assistenciais da transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde do Maranhão para o Fundo Municipal de Saúde de Santa Inês, conforme Portaria da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão nº 888/2022.

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 001871-267/2022. INSTAURADO PARA FISCALIZAR OS ASPECTOS LEGAIS E ASSISTENCIAIS DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO MARANHÃO PARA O FUNDO DO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA INÊS/MA CONFORME PORTARIA DA SES/MA Nº 888/2022. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DE INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

16. Proc. SIMP nº 001368-509/2023 (eletrônico)

Origem: 6ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA

Promotor de Justiça: Jadilson Cirqueira de Sousa

Assunto: Investigar suposta inconstitucionalidade de leis do Município de Imperatriz/MA, especialmente sobre o regime remuneratório dos Procuradores do município.

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 001368-509/2023. INVESTIGAR SUPOSTA INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA ESPECIALMENTE SOBRE O REGIME REMUNERATÓRIO DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DE INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

17. Proc. SIMP nº 000296-259/2016 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó/MA

Promotor de Justiça: Carlos Augusto Soares

Assunto: Apurar notícia fraude em processo inexigibilidade de nº01/2014, que culminou com a contratação de empresa A4 Produções e Entretenimentos Ltda, para a realização das festividades de aniversário da cidade de Codó/MA.

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000296-259/2016. INSTAURADO PARA APURAR NOTÍCIA FRAUDE EM PROCESSO INEXIBILIDADE DE Nº01/2014, QUE CULMINOU COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A4 PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTO LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE CODÓ/MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DE INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP

18. Proc. SIMP nº 000561-062/2020 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pastos Bons /MA

Promotor de Justiça: Helder Ferreira Bezerra

Assunto: verificar o vínculo trabalhista no período de 01/01/2005 a 06/01/2017 de servidor sem concurso público, Ernesto Gomes, que havia sido contratado pelo município de Pastos Bons/MA, com o objetivo de verificar alguma configuração de ato de improbidade administrativa.

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000561-062/2020. APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA ADMISSÃO SEM CONCURSO PÚBLICO DE ERNESTO GOMES NO PERÍODO DE 2005 A 2017 NO MATADOURO MUNICIPAL ACARRETANDO DANO AO ERÁRIO ADVINDO DE CONDENAÇÃO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA Nº 0016078-65.2017.5.16.0014. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. NÃO SE VERIFICA A EXISTÊNCIA DE CONDUTA QUE POSSA SER ENQUADRADA COMO IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, NEM NECESSIDADE DE MAIORES INVESTIGAÇÕES. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DE INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

19. Proc. SIMP nº 000792-509/2023 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar /MA

Promotora de Justiça: Gabriela Bandão da Costa Tavernard

Assunto: Apurar demanda protocolada junto à Ouvidoria-geral do Ministério Público dando por suspeita de direcionamento de licitação milionária na Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar, avaliada em quarenta e quatro milhões de reais que estaria sendo direcionada à empresa PRIMAR SERVIÇOS.

INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000792-509/2023. APURAR DEMANDA PROTOCOLADA JUNTO À OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DANDO CONTA DE SUSPEITA DE DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO MILIONÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR/MA AVALIADA EM QUARENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS QUE ESTARIA SENDO DIRECIONADA À EMPRESA PRIMAR SERVIÇOS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. OBJETO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DE INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO

20. Proc. SIMP nº 000043-276/2023 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim/MA

Promotor de Justiça: Luís Samarone Batalha Carvalho

Assunto: Apurar a situação do pregão nº 045/2017(Recursos do Programa requalifica UBS) promovido pela prefeitura municipal de Miranda do Norte/MA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000043-276/2023. INSTAURADO APURAR A SITUAÇÃO DO PREGÃO Nº 045/2017(RECURSOS DO PROGRAMA REQUALIFICA UBS) PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE/MA. VERBAS E RECURSOS DA UNIÃO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. ENCAMINHAMENTO AO PROCURADOR-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO MARANHÃO.

RECURSO ADMINISTRATIVO



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

21. Proc. SIMP nº 000158-264/2023 (eletrônico)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araiões/MA
Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araiões/MA
Recorrido: Promotora de Justiça Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas
Assunto: Recurso Administrativo interposto em face do Arquivamento da Notícia de Fato nº 000158-264/2023.

RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO EM FACE DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 000158- 264/2023. INSTAURADO A PARTIR DE DENÚNCIA APRESENTADA PELO SINDICATO A RESPEITO DA RECUSA DO ENTE MUNICIPAL EM CONCEDER O REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO NO PERCENTUAL DE 14,95% REFERENTE AO PISO SALARIAL ESTABELECIDO PELO GOVERNO FEDERAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. NÃO HÁ JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 4º, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017.

CONSELHEIRO RELATOR: FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

22. Proc. SIMP nº 00407-073/2023 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Matões /MA
Promotor de Justiça: Renato Ighor Viturino Aragão
Assunto: apuração da prática de ato infracional alegadamente perpetrado pelos menores T. D. S. S. e A. L. D. S.

INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL IMPUTADO A MENORES NA COMARCA DE MATÕES/MA – CERTIDÃO ATESTANDO A INSTAURAÇÃO DE TCO EM FACE DOS MENORES COM A DEVIDA OBSERVÂNCIA DE SEUS DIREITOS – PERDA DE OBJETO DO ICP – HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

23. Proc. SIMP nº 1345-259/2015 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó /MA
Promotor de Justiça: Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira
Assunto: Acompanhamento da execução de convênio firmado entre o Município de Codó e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

ICP – EXECUÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CODÓ E SEDUC/MA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA ADOÇÃO DE DILIGÊNCIAS COM VISTAS A ATESTAR JULGAMENTO DAS CONTAS DO CONVÊNIO E CERTIFICAR CUMPRIMENTO DO SEU OBJETO

24. Proc. SIMP nº 018876-500/2023 (eletrônico)

Origem: 6ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís.

Promotor de Justiça: Clodomir Bandeira Lima Neto

Assunto: Apuração de recebimento de verba indenizatória por militar sem a observância da legislação aplicável.

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RECEBIMENTO DE VERBA INDENIZATÓRIA POR MILITAR SEM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM FACE DO INVESTIGADO PELA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PERDA DE OBJETO – HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

25. Proc. SIMP nº 016377-500/2023 (eletrônico)

Origem: 38ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís.
Promotor de Justiça: Nacor Paulo Pereira dos Santos

Assunto: instaurado para avaliar a possibilidade de aditamento de denúncia oferecida nos autos da Ação Ordinária nº 42.718-34.2015.8.10.0001, objetivando o esclarecimento de fatos relacionados à suposta prática de apropriação indébita do então Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Maranhão, Sr. Christiano José dos Santos Carvalho.

PIC – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DIRIGIDA AO JUDICIÁRIO E AO CSMP – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA HOMOLOGAÇÃO PELO CSMPMA – REMESSA DO FEITO AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA (ADI 6299/DF, STF).

26. Proc. SIMP nº 000148-050/2022 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Olinda Nova do Maranhão/MA

Promotor de Justiça: Rogernilson Ericeira Chaves



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: objetivando o esclarecimento de fatos relacionados à suposta ocorrência de crime de roubo e importunação sexual, arts. 157 e 215-A do CP, praticados por LINALDO AROUCHA contra ALANA MORAIS MORAES.

PIC – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DIRIGIDA AO CSMP/MA – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. REMESSA DO FEITO AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA (ADI 6299/DF, STF).

27. Proc. SIMP nº 027168-500/2023 (eletrônico)

Origem: 38ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís
Promotora de Justiça: Adélia Maria Souza Rodrigues Moraes (substituta)

Assunto: apurar prática de possível crime de peculato ocorrido no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, quando um “notebook”, tomo 76863, foi subtraído da assessoria jurídica daquele órgão.

INQUÉRITO POLICIAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – ENCAMINHAMENTO AO CSMPMA – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA HOMOLOGAÇÃO – REMESSA DO FEITO AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA (ADI 6299/DF, STF).

CONSELHEIRA RELATORA: RITA DE CASSIA MAIA BAPTISTA

28. Proc. SIMP nº 000111-053/2023 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Magalhães de Almeida/MA
Promotor de Justiça: Elano Aragão Pereira

Assunto: apurar os fatos representados pela Associação dos Profissionais da Educação do Município de Magalhães de Almeida – APEMMA alegando que houve favorecimento de alguns servidores pela a gestão municipal e a ampliação de Carga Horária de alguns que não estão em sala de aula, ou seja, de 20 (vinte) horas para 30 (trinta) horas semanais.

INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000111-053/2023. TRATA-SE DE INQUÉRITO CIVIL DESTINADO A APURAR OS FATOS REPRESENTADOS PELA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA - APEMMA, A QUAL ALEGA QUE, ALÉM DO FAVORECIMENTO DE ALGUNS, A GESTÃO MUNICIPAL REALIZOU A AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE ALGUNS SERVIDORES QUE NÃO ESTÃO EM SALA DE AULA, OU SEJA, DE 20 (VINTE) HORAS



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

PARA 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS. PERPETRARAM-SE DILIGÊNCIAS COM O INTUITO DE APURAR OS FATOS NOTICIADOS E EM AUDIÊNCIA REALIZADA NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA, OS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA/MA, OPTARAM PELA MANUTENÇÃO DA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES NOTICIADOS, CONTUDO, COM O RETORNO DOS MESMOS PARA A SALA DE AULA, ATENDENDO DESTA FORMA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E REGULARIZANDO A ILEGALIDADE OUTRORA APONTADA, VISTO ISSO, APÓS AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS, INEXISTEM RAZÕES PARA A CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL, DETERMINOU-SE O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

29. Proc. SIMP nº 022637-500/2018 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lago da Pedra/MA

Promotor de Justiça: Aarão Carlos Lima Castro

Assunto: apurar possível organização criminosa que atua para prática de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e tráfico de influência com a participação do ex-Prefeito Osmar Fonseca dos Santos na gestão do município de Lago do Junco/MA.

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL SIMP Nº 022637-500/2018. TRATA-SE DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL INSTAURADO POR MEIO DA PORTARIA – GAECO Nº 13/2018, PARA APURAR POSSÍVEL ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE ATUA PARA PRÁTICA DE DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS, LAVAGEM DE DINHEIRO E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA COM A PARTICIPAÇÃO DO EX-PREFEITO OSMAR FONSECA DOS SANTOS NA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO/MA. PERPETRARAM-SE DILIGÊNCIAS COM O INTUITO DE APURAR OS FATOS NOTICIADOS E RESTA CLARO QUE O PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 0022637-500/2018 DEVE SER ARQUIVADO, HAJA VISTA QUE TODO O SEU OBJETO JÁ RESTA SUBMETIDO A JUÍZO NOS AUTOS DO ALUDIDO PROCESSO CRIMINAL Nº 0803053-14.2022.8.10.0039, BEM COMO AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº. 0803266-20.2022.8.10.0039 E 0803060-06.2022.8.10.0039, PERANTE A 1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA/MA, O QUE OCASIONA A



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

PERDA DO OBJETO DESTES INQUÉRITO, OU SEJA, DESNECESSIDADE DE PROSSEGUIR COM A APURAÇÃO, RAZÃO PELA QUAL DETERMINOU-SE O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

30. Proc. SIMP nº 050316-500/2023 (eletrônico)

Origem: 8ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís

Promotor de Justiça: Luis Fernando Cabral Barreto Júnior

Assunto: NOTÍCIA DE FATO SIMP Nº 050316-500/2023, consubstanciada em risco de desabamento e na deterioração do edifício onde funcionou o Hotel Central.

NOTÍCIA DE FATO SIMP Nº 050316-500/2023. TRATAM OS AUTOS DE PEDIDO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO FORMULADO, CONSUBSTANCIADA EM RISCO DE DESABAMENTO E NA DETERIORAÇÃO DO EDIFÍCIO ONDE FUNCIONOU O HOTEL CENTRAL. INSTADO A SE MANIFESTAR, O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INFORMOU JÁ TER PROMOVIDO AÇÃO CIVIL PÚBLICA CUJO OBJETO ATENDE AO QUE CONSTA DESTA NOTÍCIA DE FATO. TRATANDO-SE DE IMÓVEL SITUADO EM ÁREA INSCRITA COMO TOMBAMENTO FEDERAL COLETIVO, INEGÁVEL RECONHECER QUE A UNIÃO POSSUI LEGITIMIDADE PASSIVA PARA ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS À SUA CONSERVAÇÃO POR FORÇA DO QUE DISPÕEM OS ARTS.17 E 19 DO DECRETO-LEI Nº25/1937, O QUE DENOTA INTERESSE FEDERAL NA MATÉRIA, ONDE A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR EVENTUAL AÇÃO FICA A CARGO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PARECER PARA APRECIACÃO DO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. ENCAMINHAMENTO AO PROCURADOR-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO MARANHÃO.

CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO

31. Proc. SIMP nº 001514-254/2021 (eletrônico)

Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias/MA



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Promotor de Justiça: Francisco de Assis Silva Filho

Assunto: instaurado com o objetivo de investigar possíveis irregularidades na contratação de prestador de serviços de manutenção do Aparelho de Gasometria do Complexo Hospitalar Municipal Gentil Filho, localizado no Município de Caxias/MA.

INQUÉRITO CIVIL Nº. 001514-254/2021 INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO APARELHO DE GASOMETRIA DO COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL GENTIL FILHO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAXIAS/MA. PAGAMENTO MENSAL DO "SALÁRIO" DO SR. ERIKO ROUSMANY COELHO, PROVENIENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, IRREGULARIDADES/ILEGALIDADES NO USO DE RECURSO PÚBLICO FEDERAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR. CABE AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INVESTIGAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO ÓRGÃO LEGITIMADO O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

32. Proc. SIMP nº 000228-262/2022 (eletrônico)

Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadinha/MA

Promotor de Justiça: José Orlando Silva Filho (Substituto)

Assunto: Apurar supostas irregularidades realizadas pela Sra. Francisca Lima Chaves na extração de material na jazida Angelim, bairro Angelim, sem licenciamento ou autorização, resultando em danos ambientais e perigo à circunvizinhança no município de Chapadinha/MA.

INQUÉRITO CIVIL Nº 000228-262/2022. INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES REALIZADAS PELA SRA. FRANCISCA LIMA CHAVES NA EXTRAÇÃO DE MATERIAL NA JAZIDA ANGELIM, BAIRRO ANGELIM, SEM LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO, RESULTANDO EM DANOS AMBIENTAIS E PERIGO À CIRCUNVIZINHANÇA NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR. CABE AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INVESTIGAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO ÓRGÃO LEGITIMADO O MINISTÉRIO PÚBLICO



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

FEDERAL.

33. Proc. SIMP nº 001251-254/2019 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias/MA

Promotor de Justiça: Francisco de Assis da Silva Júnior

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na gestão do Fundo de Previdência Social de Aldeias Altas e omissão no repasse das contribuições nos anos de 2017 a 2019.

INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO Nº 001251-254/2019 COM A FINALIDADE DE APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA GESTÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ALDEIAS ALTAS E OMISSÃO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES NOS ANOS DE 2017 A 2019. INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL ANTERIOR QUE RESULTOU EM AÇÃO JUDICIAL. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO PELO CSMP NOS TERMOS DO ENUNCIADO Nº 11/2022-CSMP: 'HAVENDO PROCESSO JUDICIAL QUE ABRANJA TODO O OBJETO DA INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL CIVIL, DESCABE PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESPECTIVO ARQUIVAMENTO PELO CSMP, SENDO FACULTATIVO O ENVIO DE CÓPIA AO COLEGIADO PARA CIÊNCIA.'

34. Proc. SIMP nº 018638-500/2023 (eletrônico)

Origem: 6ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís/MA

Promotor de Justiça: Clodomir Bandeira Lima Neto

Assunto: Apurar eventual conduta prevista no artigo 9º, caput, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), cometida pelo Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão CEL QOCBM Célio Roberto Pinto de Araújo.

INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR EVENTUAL CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 9º, CAPUT, DA LEI Nº 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA), COMETIDA PELO COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO CEL QOCBM CÉLIO ROBERTO PINTO DE ARAÚJO. INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL QUE RESULTOU EM AÇÃO JUDICIAL. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO PELO CSMP NOS TERMOS DO ENUNCIADO Nº 11/2022-CSMP: "HAVENDO PROCESSO JUDICIAL QUE ABRANJA TODO O OBJETO DA



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL CIVIL, DESCABE PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESPECTIVO ARQUIVAMENTO PELO CSMP, SENDO FACULTATIVO O ENVIO DE CÓPIA AO COLEGIADO PARA CIÊNCIA”.

35. Proc. SIMP nº 018855-500/2023 (eletrônico)

Origem: 6ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís/MA
Promotor de Justiça: Clodomir Bandeira Lima Neto

Assunto: Apurar suposto recebimento de verba de caráter indenizatório (retribuição pelo exercício de comando/chefia e substituição) pelo militar CAP QOCBM Luiz Paulo Rodrigues sem observar legislação cabível.

INQUÉRITO CIVIL Nº 018855-500/2023 INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR SUPOSTO RECEBIMENTO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DE COMANDO/CHEFIA E SUBSTITUIÇÃO) PELO MILITAR CAP QOCBM LUIZ PAULO RODRIGUES SEM OBSERVAR LEGISLAÇÃO CABÍVEL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ART. 10, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP C/C ENUNCIADO Nº 04/2004-CSMP.

36. Proc. SIMP nº 002556-255/2023 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia/MA
Promotora de Justiça: Cristiane dos Santos Donatini

Assunto: objetivo de apurar a situação de eventual vulnerabilidade da pessoa idosa, o Sr. Josimar Batista Ferreira.

INQUÉRITO CIVIL Nº. 002556-255/2023 INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR SITUAÇÃO DE EVENTUAL VULNERABILIDADE DE PESSOA IDOSA, SR. JOSIMAR BATISTA FERREIRA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 – CNMP C/C ENUNCIADO Nº. 04/2022 – CSMP.

37. Proc. SIMP nº 001342-259/2015 (eletrônico)



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó/MA

Promotor de Justiça: Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira.

Assunto: acompanhamento da execução do convênio nº 17/2014, firmado entre o Município de Codó e o Detran-MA, tendo como gestor, à época, o senhor José Rolim Filho, frente a informações a respeito de possíveis irregularidades em sua execução.

INQUÉRITO CIVIL Nº 009536-500/2019. INSTAURADO COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS Nº. 17/2014, FIRMADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO MARANHÃO E MUNICÍPIO DE CODÓ PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA URBANA DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ART. 10, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP C/C ENUNCIADO Nº 04/2022-CSMP.

RECURSO ADMINISTRATIVO

38. Proc. SIMP nº 033012-500/2023 (eletrônico)

Origem: 28ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís.

Recorrente: Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Recorrido: Promotor de Justiça: Cláudio Alberto Gabriel Guimarães

Assunto: Recurso Administrativo contra decisão de indeferimento de Notícia de Fato nº. 033012-500/2023, instaurada para apurar a suposta ocorrência de irregularidades na conduta dos peritos do ICRIM/MA, em atuação no caso do incêndio no Cinema CINESYSTEM.

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº. 033012-500/2023. INSTAURADO COM A FINALIDADE DE APURAR A SUPOSTA OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA CONDUTA DOS PERITOS DO ICRIM/MA, EM ATUAÇÃO NO CASO DO INCÊNDIO NO CINEMA CINESYSTEM. INEXISTENTE MOTIVO PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. INDEFERIMENTO DA REPRESENTAÇÃO FORMULADA NOS MOLDES DO ART. 5º DA RESOLUÇÃO 23/2007 – CNMP. RECURSO ADMINISTRATIVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

CONSELHEIRO RELATOR: JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

39. Proc. SIMP nº 000411-262-2021 (eletrônico)

Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadinha/MA

Promotora de Justiça: Samira Mercês dos Santos

Assunto: apurar representação protocolada pelo Município de Chapadinha em desfavor de Magno Augusto Bacelar Nunes e Danubia Loyane de Almeida Carneiro, por supostos atos de improbidade administrativa praticados e a omissão no dever de prestar contas de convênios firmados entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Município de Chapadinha.

INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000411-262-2021 -
ARQUIVAMENTO. APURAR REPRESENTAÇÃO
PROTOCOLADA PELO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA EM
DESAVOR DE MAGNO AUGUSTO BACELAR NUNES E
DANUBIA LOYANE DE ALMEIDA CARNEIRO, POR ATOS DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS E A OMISSÃO
NO DEVER DE PRESTAR CONTAS DE CONVÊNIOS
FIRMADOS ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, POR
OCASIÃO DA GESTÃO DOS REPRESENTADOS.
PROPOSIÇÃO DE DEMANDAS JUDICIAIS. EXAURIMENTO DA
ATUAÇÃO MINISTERIAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.
HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO.

40. Proc. SIMP nº 000197-059-2020 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Paraibano/MA.

Promotora de Justiça: Ana Virginia Pinheiro Holanda de Alencar

Assunto: apurar possíveis irregularidades na contratação de empresa para prestação de serviços de desinfecção e higienização para o combate ao COVID-19 nos prédios e vias Públicas de Paraibano/MA.

INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000197-059/2020 -
ARQUIVAMENTO. APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES
NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA O
COMBATE AO COVID-19 NOS PRÉDIOS E VIAS PÚBLICAS DE
PARAIBANO/MA. AUSÊNCIA DE COMPROVADO DANO AO
ERÁRIO. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O
PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE
ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO
SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** em 21 de Maio de 2024 às 14:09 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PAUTA-CSMP-182024, Código de Validação: 41CBD9CC81.



Conselho Superior do Ministério Público

41. Proc. SIMP nº 000330-509/2019 (eletrônico)

Origem: Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita /MA.

Promotora de Justiça: Karine Guará Brusaca Pereira

Assunto: apurar suposto recebimento indevido de proventos e/ou acúmulo de cargo público por parte da professora e ora Secretária Municipal de Educação do Município de Santa Rita/MA, Sra. Rosangela Alves Pereira.

INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000330-509/2019 - APURAR SUPOSTO RECEBIMENTO INDEVIDO DE PROVENTOS E/OU ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO POR PARTE DA PROFESSORA E ORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/MA, SRA. ROSANGELA ALVES PEREIRA. COMPROVADO DANO AO ERÁRIO. PROPOSTA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL (ANPC). RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL (ANPC).

assinado eletronicamente em 21/05/2024 às 14:09 h ()*

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO